

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA: ANÁLISE
DAS INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS PARA O
ACOMPANHAMENTO GERENCIAL DA
EXECUÇÃO DAS DESPESAS: O CASO CEFET/SC.

Monografia apresentada
como requisito parcial ao
Programa de Especialização
em Gestão Pública, do Centro
Federal de Educação
Tecnológica de SC.

Orientador: Prof. Amilton Luiz
Rabello

FLORIANÓPOLIS
2007

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA: ANÁLISE
DAS INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS PARA O
ACOMPANHAMENTO GERENCIAL DA
EXECUÇÃO DAS DESPESAS: O CASO CEFET/SC.

ALOISIO SILVA JUNIOR

Esta monografia foi julgada adequada como requisito parcial à obtenção do título de Especialista, pelo Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina.

Amilton Luiz Rabello
Membro Professor Orientador, Esp.

Banca Examinadora:

Membro Prof. Anderson Antonio Mattos Martins, Dr.

Membro Prof. Antonio Pereira Cândido, Dr.

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS.....	VI
LISTA DE QUADROS.....	VII
RESUMO.....	VIII
1INTRODUÇÃO.....	09
1.1 Tema e Problema.....	09
1.2 Objetivos.....	11
1.2.1 Objetivo Geral.....	11
1.2.2 Objetivos Específicos.....	12
1.3 Justificativa do Estudo.....	12
1.4 Delimitação e Limitação da Pesquisa.....	14
1.5 Organização do Estudo.....	15
CAPITULO 2 - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	17
2.1 Aspectos Históricos e Organizacionais do CEFETSC.....	17
2.2 Competências e Atribuições da DAP.....	18
2.3 Informação e Sistema de Informação.....	19
2.3.1 Informação.....	20
2.3.2 Sistema de Informação.....	20
2.4 SIAFI.....	21
2.4.1 Objetivos do SIAFI.....	22
2.4.2 Escrituração Contábil no SIAFI.....	23
2.4.3 Principais Transações no SIAFI.....	24
2.5 Orçamento Público.....	25
2.5.1 Programa.....	26
2.6 Despesa Pública.....	26

2.6.1 Classificações da Despesa Pública.....	27
2.6.2 Fases da Despesa Pública.....	28
2.6.3 Suprimento de Fundos	30
CAPITULO 3 – METODOLOGIA	32
3.1 Modo de Investigação.....	32
3.2 Procedimentos da Pesquisa	33
CAPITULO 4 – DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	35
4.1 A utilização do SIAFI no CEFETSC.....	35
4.2 Critérios para a Divisão Orçamentária no CEFETSC 2007.....	36
4.3 Controle Orçamentário Vigente no CEFETSC.....	40
4.4 Proposta. de Planilhas Para o Acompanhamento e Controle Orçamentário no CEFET/SC.....	42
4.5 Informações dos Diretores de Unidade do CEFETSC.....	50
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	53
REFERÊNCIAS.....	55

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Modalidade de Ensino	38
TABELA 2 - Área de Ensino	39
TABELA 3 - Situação do Curso	39
TABELA 4 - Indicador de Planejamento, Programação e Despesa (PPD) ...	45

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Planilha de Controle Referente à Execução Orçamentária e Financeira da Unidade de Florianópolis	40
QUADRO 2 - Execução Orçamentária e Financeira por Unidade.....	43
QUADRO 3 - Planilha de Despesas de Funcionamento da IFE.....	46
QUADRO 4 - Planilha Controle das Dispensas de Licitação.....	47
QUADRO 5 - Planilha Controle de Suprimento de Fundos.....	48
QUADRO 6 - Planilha Controle Modalidade de Licitação.....	49
QUADRO 7 – Planilha Controle de Despesas Contratuais.....	49

RESUMO

JUNIOR, Aloisio Silva. Execução Orçamentária e Financeira: Análise das Informações Necessárias para o Acompanhamento Gerencial da Execução das Despesas: O Caso CEFET/SC. 2007, 56 páginas. Curso Especialização em Gestão Pública. Centro Federal de Ensino Tecnológico de Santa Catarina. Florianópolis, SC.

Orientador: Professor Amilton Luiz Rabello, Esp.

A execução orçamentária e financeira é um fator primordial para o controle e acompanhamento da despesa pública em nosso País, e tem papel fundamental na organização e funcionamento dos órgãos públicos em geral. O SIAFI tem o papel principal de fonte de informação da execução orçamentária e financeira na esfera pública. No CEFET/SC, tem-se a condição de Autarquia, o que proporciona o estado de autonomia na sua execução orçamentária e financeira e, neste trabalho, consegue-se vislumbrar os critérios adotados na divisão orçamentária, como está sendo feito o acompanhamento e controle da execução orçamentária dentro dessa IFE, como se pode melhorar as informações relativas à execução orçamentária e financeira para os Gestores de Unidades. Por meio de um questionário nos quais os Diretores das Unidades falam sobre as dificuldades relativas a execução e como melhorá-las visando a otimização dos créditos e recursos utilizados no CEFET/SC, finaliza-se a pesquisa com propostas de planilhas visando justamente identificar as informações necessárias para um desenvolvimento satisfatório no acompanhamento da execução orçamentária e financeira no CEFET/SC.

Palavras Chave: Acompanhamento, Execução orçamentária e financeira, Controle.

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa apresenta um estudo sobre a execução orçamentária e financeira das despesas do Centro Federal de Educação Tecnológica de SC – CEFET/SC, dando ênfase ao processo de informação e controle dessa execução.

O Governo Federal, por meio de inúmeros programas de qualidade implantados na Administração Pública e na reformulação e criação de Leis ligadas ao controle e acompanhamento dos gastos públicos, motiva os estudos na área orçamentária e financeira que se torna um assunto propício às mais diversas pesquisas em detrimento da organização e políticas aplicadas pelos gestores públicos.

Este trabalho tem como bases estruturais tema e problema, objetivo geral, objetivos específicos, justificativa, metodologia, delimitação e limitação da pesquisa, organização do estudo, fundamentação teórica, descrição e análise dos dados, consideração finais e referências.

1.1 Tema e Problema

A sociedade brasileira vivenciou mais um pleito eleitoral para Presidência da República e demais cargos públicos. Conviveu-se com inúmeras propostas dos presidenciáveis, nas mais diversas áreas da estrutura governamental, balizadas na promessa de um futuro promissor para o país.

Alguns assuntos foram amplamente debatidos como: segurança, saúde, educação, transporte, corrupção e em todas essas pautas vinham explicações

sempre ligadas ao controle da despesa pública, ou à forma como utilizar de maneira sensata e planejada o dinheiro público.

Uma das características mais marcantes da economia do século XX é o crescente aumento das despesas públicas. Tal situação é encontrada não apenas nos países de economia coletivizada, onde o Estado, por definição, é o grande agente econômico, mas também nas nações capitalistas avançadas, defensoras da livre iniciativa e da economia de mercado. (GIACOMONI, 2003, p.23)

Observa-se essa preocupação com os gastos públicos por parte do governo quando se promulgou a Lei nº 101 de 04/05/2000, denominada Lei de Responsabilidade Fiscal, que tem como uma de suas prerrogativas orientar os gestores públicos quanto ao equilíbrio entre receita e despesa pública.

O planejamento e o controle orçamentário e financeiro passam a ser objetivos do gestor público, que deve estar munido das informações atualizadas e fidedignas nas áreas orçamentárias, financeiras e contábeis relativas aos programas de governo ligados a sua Instituição, com a finalidade de tomar decisões amparadas legalmente e que visem ao atendimento de uma meta.

Planejamento, programação e orçamentação constituem os processos por meio dos quais os objetivos e os recursos, e suas inter-relações, são levados em conta visando à obtenção de um programa de ação, coerente e compreensivo para o governo como um todo. (GIACOMONI, 2003, p. 68)

A organização e a disponibilização das informações relativas à execução orçamentária da Instituição são processos mais específicos. Esses processos de organização e disponibilização são ferramentas estratégicas que darão ao

gestor condições de acompanhar, controlar e adequar os gastos conforme planejamento.

A Instituição Centro Federal de Educação Tecnológica de SC – CEFET/SC, não foge a todas essas prerrogativas e responsabilidades e, assim, esta IFE vale-se de alguns processos de acompanhamento, controle e distribuição de informações relativas à execução orçamentária e financeira exemplo disso é a cadeia gerencial para essa questão, qual seja: Diretoria de Administração e Planejamento, a Coordenação de Orçamento e Finanças, os Diretores de Unidades e o Ordenador de Despesa que figura no cargo de Diretor Geral do CEFET/SC.

Diante desse cenário e tomando por base o escopo deste estudo, elabora-se a seguinte pergunta de pesquisa:

Quais as informações necessárias para o controle e acompanhamento gerencial da execução orçamentária e financeira das despesas no CEFET/SC?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

A presente pesquisa tem por objetivo geral diagnosticar as informações necessárias para o acompanhamento gerencial da execução orçamentária e financeira das despesas no CEFET/SC.

1.2.2 Objetivos Específicos

Buscando-se a consecução do objetivo geral, têm-se os seguintes objetivos específicos:

- Identificar as competências e atribuições da Diretoria de Administração e Planejamento do CEFET/SC em relação à execução orçamentária e financeira das despesas no CEFET/SC.
- Identificar os gestores que utilizam as informações relativas à execução orçamentária e financeira das despesas no CEFET/SC.
- Configurar os critérios atuais para a divisão orçamentária no CEFET/SC.
- Configurar o processo atual relativo às informações e planilhas disponibilizadas aos gestores do CEFET/SC, referente à execução orçamentária e financeira das despesas.
- Sugerir modelos de planilhas necessárias para o controle e acompanhamento da execução orçamentária e financeira no CEFET/SC.

1.3 Justificativa

O CEFET/SC é uma autarquia federal, conforme decreto nº 5224 de 01/10/ 2004, em cujo art. 1º vê-se descrito que:

Os Centros Federais de Educação Tecnológica - CEFET, criados mediante transformação das Escolas Técnicas Federais e Escolas Agrotécnicas Federais, nos termos das Leis nos 6.545, de 30 de junho de 1978; 7.863, de 31 de outubro de 1989, 8.711, de 28 de setembro de 1993 e 8.948, de 8 de dezembro de 1994, constituem-se em autarquias federais, vinculadas ao Ministério da Educação, detentoras de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar.

Observa-se que o CEFET/SC possui autonomia nas mais diversas áreas, dentre as quais a financeira, a qual envolve todos os controles e sistemas ligados à execução orçamentária e financeira. Essa autonomia implica responsabilidade desde o lançamento da proposta orçamentária, passando pela divisão dos créditos para as Unidades de Ensino, até o controle da execução nas referidas Unidades.

Além disso, o estabelecimento de controles mais apurados referente à execução orçamentária e financeira, a integração do planejado pelas áreas estratégicas do CEFET/SC e do orçamento-programa, respeitando os limites que são dotados nos programas estabelecidos pelo Governo Federal para o CEFET/SC.

Por esses programas o governo começa a estabelecer inúmeras diretrizes para que o orçamento da União seja bem administrado e com objetivos bem claros referentes ao controle de gastos, descritos na Constituição Federal e em Leis como a LRF que inclusive determina duras penalidades aos maus gestores.

Os gestores do CEFET/SC não fogem a essa prerrogativa, pois estão inseridos no rol de administradores públicos, conforme constata-se no Decreto nº 5224 de 01/10/ 2004, na seção II, dos Recursos Financeiros:

Art. 25. Os recursos financeiros dos CEFET são provenientes de:
I - dotações que lhes forem anualmente consignadas no orçamento da União;
II - doações, auxílios e subvenções que lhes venham a ser concedidos;
III - remuneração de serviços prestados a entidades públicas ou particulares, mediante contrato ou convênio específicos;
IV - valores de contribuições e emolumentos por serviços prestados que forem fixados pelo Conselho Diretor, observada a legislação pertinente;
V - resultado das operações de crédito e juros bancários;
VI - receitas eventuais;
VII - alienação de bens móveis e imóveis.

Uma outra característica importante a ressaltar é a cobrança da sociedade, e os objetivos das Instituições Públicas com a utilização do orçamento, como uma ferramenta gerencial e de busca por resultados.

Finalmente cresce a consciência de que o orçamento não deveria ser uma limitação, mas um instrumento ativo a permitir que se esclareçam os objetivos e a obrigar as organizações a trabalharem em conjunto para oferecer o melhor serviço aos usuários. O orçamento estratégico é o reconhecimento da legitimidade, ou do caráter incontornável, do político, através do destaque dado à necessidade de esclarecer os objetivos governamentais, se se deseja que as administrações possam ser avaliadas por seus resultados. Esses objetivos devem ser o motor e o enquadramento do orçamento. (TROSA, 2001, p.29)

Isso posto, tem-se a justificativa maior deste estudo, que segundo Beuren et al (2003,p.66), “está relacionada com a relevância da pesquisa”. O trabalho aqui proposto vai proporcionar um aperfeiçoamento dos controles na execução orçamentária e financeira do CEFET/SC, contribuindo para que os Diretores de Unidade tenham bases sólidas para tomar decisões e alocar recursos com maior precisão.

Todos esses fatores revertem para os usuários, pois com mais eficiência, eficácia e efetividade na administração do recurso público no CEFET/SC haverá maior probabilidade de se atingir as metas e consequentemente cumprir a missão da Instituição.

1.4 Delimitação e Limitação da Pesquisa

A delimitação do tema pode ser descrita como a vivência da situação problema, referente ao conhecimento técnico das pessoas entrevistadas, a perspectiva de exposição dos pontos polêmicos e a opinião sobre o trabalho

que é efetuado relativo ao controle da execução orçamentária e financeira no CEFET/SC.

Segundo Gil (2002, p.29), “a delimitação do problema guarda estreita relação com os meios disponíveis para investigação.”

Conforme Lakatos e Marconi (2002, p.29), “delimitar a pesquisa é estabelecer limites para a investigação.”

A situação problema já se define como um limitador, sendo que observar e identificar as informações necessárias para o acompanhamento gerencial da execução orçamentária e financeira das despesas no CEFET/SC, atendendo às necessidades dos gestores, é algo específico, tendo como objeto principal de estudo os controles aplicados na execução orçamentária e financeira do CEFET/SC, sua viabilidade e possibilidade de melhoria.

1.5 Organização do Estudo

A organização do estudo orienta os futuros pesquisadores ou leitores, com ela procura-se desencadear de forma lógica os assuntos a serem abordados e explicados.

O trabalho monográfico deve possuir uma estrutura em capítulos e estes subdivididos em seções e subseções, em uma ordem lógica que facilite o entendimento. A construção deste trabalho deve ser construída com base em raciocínios encadeados, formados pelo investigador. BEUREN et al (2003, p.68)

Este trabalho possui uma estrutura em capítulos e estes divididos em seções e subseções, sendo que o desenvolvimento de seu contexto foi

efetuado de forma lógica, com base nas pesquisas preliminares. O trabalho divide-se em quatro capítulos, a saber: Introdução, Capítulo I, contendo as seguintes seções: Tema e Problema, Objetivos, Justificativas, Metodologia, Delimitação e Limitação do Tema, e Organização do Estudo; como Capítulo II, a Fundamentação teórica, contendo as seguintes seções; Aspectos Históricos e Organizacionais do CEFET/SC, Informação e Sistema de informação, com as subseções Informação e Sistema de Informação, SIAFI, com as subseções Objetivos do SIAFI, Escrituração Contábil no SIAFI e Principais Transações no SIAFI, Orçamento Público com a subseção Programa, Despesa Pública com as subseções Classificação da Despesa Pública, Fases da Despesa Pública e Suprimento de Fundos, no capítulo III, Descrição e Análise dos Dados, em que se abordam conteúdos relativos ao controle da execução orçamentária e financeira no CEFETSC, e os questionários respondidos pelos Diretores da Unidade de Florianópolis e São José. Enfim, capítulo IV, as Considerações Finais e recomendações do trabalho monográfico, as Referências utilizadas na pesquisa.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Esta pesquisa traz em sua fundamentação teórica as atribuições do Diretor de Administração e Planejamento, conceitos relativos a orçamento e despesa pública, visando ao esclarecimento e suporte para a consecução do objetivo geral e específico da pesquisa.

2.1 Aspectos Históricos e Organizacionais do Cefetsc

O CEFET/SC tem um histórico extenso que começa no ano de 1909, com a Escola de Aprendizes e Artífices, no site da Instituição está relatado o momento crucial da transformação da Escola Técnica Federal de SC em Centro Federal de Educação Tecnológica de SC:

a Lei n.º 8.948, de 8 de dezembro de 1994, entre outras providências, transformou, automaticamente, todas as Escolas Técnicas Federais, criadas pela Lei n.º 3.552, de 16 de fevereiro de 1959, em Centros Federais de Educação Tecnológica condicionado apenas à publicação de decreto presidencial específico para cada centro. Em 23 de dezembro de 1997, a Escola encaminhou seu Projeto Institucional de Cefetização à Brasília, para análise e parecer, mas seu pleito foi negado pelo MEC. Só em 27 de março de 2002, finalmente, foi publicado no Diário Oficial da União o Decreto Presidencial de criação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina. (www.cefetsc.edu.br)

Hoje o CEFET/SC é formado pela Diretoria Sistêmica cujo Ordenador de Despesa está na pessoa do Diretor Geral e pelas Unidades de Florianópolis, São José, Continente, Jaraguá do Sul, Joinville e Chapecó e cada uma delas possui uma organização hierárquica sob responsabilidade do Diretor da Unidade. O plano de expansão do Governo Federal ainda prevê mais Unidades a serem construídas em Santa Catarina até 2009.

A Direção do Sistema CEFET/SC é formada por um Diretor Geral, um Vice-Diretor, a Diretoria de Ensino, a Diretoria de Administração e Planejamento, a Diretoria de Pós Graduação e Pesquisa e a Diretoria de Relações Empresariais e Comunitárias e a Diretoria de Gestão do Conhecimento.

A Diretoria de Administração e Planejamento (DAP) tem como uma de suas prerrogativas o trabalho ligado ao controle e execução do orçamento da Instituição. Subordinada a essa Diretoria, tem-se a Coordenação de Orçamento e Finanças que operacionaliza e formata todas as informações relativas à execução orçamentária e financeira através da movimentação contábil.

2.2 Competência e Atribuições da DAP

Segundo proposta de Estatuto do CEFET/SC, assim está definida a competência da Diretoria de Administração e Planejamento;

Art. 20. À Diretoria de Administração e Planejamento - DAP, compete: planejar, desenvolver, controlar e avaliar a administração orçamentária, financeira e de recursos humanos do CEFETSC, a execução do planejamento nos níveis táticos e operacionais, a elaboração de projetos de infra-estrutura, a execução das licitações, a execução dos contratos e a realização de outras atividades de legadas pelo Diretor-Geral.

A DAP é a responsável pela divisão do orçamento e pelo controle e acompanhamento da execução orçamentária e financeira no CEFET/SC, ou seja, ela que apresenta a proposta com o critério de divisão orçamentária entre as Unidades do CEFET/SC e, após essa divisão, controla a execução das despesas dessas Unidades.

Ainda no Estatuto estão assim definidas as atribuições do Diretor de Administração e Planejamento:

Art. 28. Ao Diretor de Administração e Planejamento incumbe:

- I.Executar e controlar o orçamento anual do CEFET/SC;
- II.Executar, acompanhar e avaliar o planejamento institucional;
- III.Coodenar a elaboração da Proposta Orçamentária Anual e Plurianual;
- IV.Orientar técnica, normativa e metodologicamente as Unidades de Ensino, no que se refere ao seu âmbito de atuação;
- V.Gerir os recursos financeiros compreendendo a contabilidade geral e respectivos assentamentos, escrituração e registros de documentos específicos;
- VI.Acompanhar a execução orçamentária dos recursos alocados nas diversas Unidades do CEFET/SC;
- VII.Controlar a execução das diferentes formas de pagamentos e recebimentos de recursos;
- VIII.Gerir os recursos materiais, compreendendo a recepção, guarda, distribuição e controle patrimonial, que inclui incorporação, tombamento, registro, transferência, baixa, carga, conservação, alienação e doação de bens tangíveis e intangíveis;
- IX.Gerir os processos de aquisição de bens e serviços;
- X.Gerir as ações relativas à comunicação Administrativa, envolvendo protocolo, informação, documentação, arquivo e expedição.
- XI.Prestar assessoria ao Diretor-Geral e demais diretores, em sua área de atuação;
- XII.Acompanhar e articular as atividades das gerências vinculadas;
- XIII.Articular, coordenar e acompanhar as atividades desenvolvidas pela Gerência de Recursos Humanos;
- XIV.Articular, coordenar e acompanhar as atividades desenvolvidas nas áreas de administração, orçamento e finanças. (Proposta de Estatuto do CEFET/SC)

São várias as atribuições da DAP ligadas à execução orçamentária e financeira, dentre elas esta pesquisa se desenvolverá pelo acompanhamento da execução orçamentária e financeira dos recursos alocados nas diversas Unidades que compõe o Sistema CEFETSC.

2.3 Informação e Sistema de Informação

A Coordenação de Orçamento e Finanças trabalha os dados contábeis, financeiros e orçamentários, transformando-os em relatórios, ou seja, em

informações gerenciais, desencadeando inúmeros processos decisórios, formando um sistema de informação.

2.3.1 Informação

Segundo Oliveira (2002, p. 36) “Informação é o dado trabalhado que permite ao executivo tomar decisões.”

Deve-se tomar muito cuidado na relação dado e informação, pois existem inúmeras situações que o dado nunca irá virar uma informação e com isso não fará parte da base de conhecimento Institucional, resultando o não aproveitamento no processo de decisão da Instituição.

Segundo Cruz (2000, p. 53) “Informação é o resultado do tratamento dos dados existentes acerca de alguém ou de alguma coisa.”

Esse tratamento dos dados que são oriundos do SIAFI é efetuado por meio da operacionalização desse sistema, com objetivos de dar suporte de decisão aos gestores nas áreas orçamentárias e financeiras do CEFET/SC.

2.3.2 Sistema de Informação

O processo decisório referente à execução orçamentária e financeira do CEFET/SC parte da alimentação de relatórios com dados extraídos do SIAFI efetuados diretamente pelo Coordenador de Orçamento e Finanças, todo esse processo configura um sistema de informação.

Segundo Oliveira (2002, p. 23) “Sistema é um conjunto de partes interagentes e interdependentes que, conjuntamente, formam um todo unitário com determinado objetivo e efetuam determinada função.”

Os dados, informações e o conhecimento resultante desse sistema devem estar sempre interagindo, pois a dissociação desses fatores implica dificuldade de atingir objetivos propostos pelo gestor.

Segundo Cruz (2000, p. 54) “Sistemas de informações gerenciais é o conjunto de tecnologias que disponibiliza os meios necessários à operação do processo decisório em qualquer organização por meio do processamento de dados disponíveis.”

As definições dos autores traduzem a importância no trabalho das informações, vislumbrando a consecução de um sistema de informação que tem como principal objetivo, auxiliar o processo decisório da Instituição.

2.4 Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI

O SIAFI é um sistema com inúmeras transações e relatórios que disponibiliza a movimentação orçamentária, financeira e contábil das organizações públicas e tem no CEFET/SC a função principal de subsidiar por meio de suas informações o processo de acompanhamento e controle da execução orçamentária e financeira.

o SIAFI é um sistema informatizado que processa e controla a execução orçamentária, financeira, patrimonial e contábil da União, pelo uso de terminais instalados, em todo o território Nacional e em alguns países, no exterior.(PIRES, 1996, p.33)

Desde 1986, o SIAFI vem sofrendo modificações com o objetivo de cada vez mais dar suporte gerencial e conseguir dar transparência à execução orçamentária e financeira das Instituições Públicas.

o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI é o sistema de teleinformática que processa a execução orçamentária, financeira e contábil, dos órgãos e entidades da administração federal. Foi implantado em 1987 e constitui, desde então, o mais importante instrumento de acompanhamento e controle da execução orçamentária, financeira e contábil do Governo Federal. (ALBUQUERQUE, 2006, p.325)

O SIAFI por ser um sistema on-line produz informações imediatas após sua alimentação através de suas transações relativas à área orçamentária, financeira e contábil.

2.4.1 Objetivos do SIAFI

O SIAFI foi criado com inúmeros objetivos, em virtude do processo arcaico de contabilidade que era efetuado antes de sua implantação em 1986. Tal processo não possibilitava qualquer tipo de controle e, principalmente, transparência no acompanhamento das áreas contábeis, orçamentária e financeira do governo.

O SIAFI tem como objetivos:

- ✓ prover de mecanismos adequados ao registro e controle diário da gestão orçamentária, financeira e patrimonial os órgãos central, setorial, seccional e regional do sistema de controle interno e órgãos executores;
- ✓ fornecer meios para agilizar a programação financeira, com vistas a otimizar a utilização dos recursos do Tesouro Nacional;
- ✓ permitir que a contabilidade pública seja fonte segura e tempestiva de informações gerenciais destinada todos os níveis da administração pública federal;
- ✓ integrar e compatibilizar as informações disponíveis nos diversos órgãos e entidades participantes do sistema;
- ✓ permitir aos segmentos da sociedade obter a necessária transparência dos gastos públicos;
- ✓ permitir a programação e o acompanhamento físico-financeiro do orçamento, em nível analítico;

- ✓ permitir o registro contábil dos balancetes dos Estados, Municípios e de suas, supervisionadas; e
- ✓ permitir o controle da dívida interna e externa, do Governo Federal, bem como das transferências negociadas da gestão pública de mecanismos adequados para o controle diário da execução orçamentária, financeira, patrimonial e contábil. (Lima e Castro, 2003,p.103)

Seus objetivos vêm ao encontro do processo de gestão qualificado em virtude da possibilidade de consultar, executar o orçamento e extrair as informações necessárias para o acompanhamento e controle da execução orçamentária e financeira de Instituições que, o utilizam.

2.4.2 Escrituração Contábil no SIAFI

A alimentação do sistema SIAFI gera uma série de procedimentos operacionais ligados à Contabilidade, geralmente utilizado nos setores Contábeis, Orçamentários e Financeiros, em que se processa toda a movimentação inerente de uma Instituição Pública.

Como nas entidades privadas, as entidades públicas devem manter sistema de escrituração uniforme de seus atos e fatos administrativos. Na contabilidade pública, a escrituração dá-se por processo eletrônico através da introdução de dados no SIAFI. (Lima e Castro, 2003, p. 107)

As documentações que comprovam esses atos e fatos originam-se no SIAFI, por documentos constantes no próprio sistema, cujo preenchimento está nas transações efetuadas pelo SIAFI.

Para proceder à verificação da legalidade dos atos da execução orçamentária, prévia, concomitante e subsequente, há necessidade de se conhecer quando o empenho, a liquidação e a ordem de pagamento da despesa foram legalmente formalizados. (Kohama, 2006, p. 28)

Tem-se toda a movimentação orçamentária e financeira à disposição para extração das mais diversas informações gerenciais, bastando que os registros contábeis estejam em conformidade com as documentações que dão origem às transações efetuadas nesse Sistema.

2.4.3 Principais Transações no SIAFI

A operacionalização do SIAFI tem como principal base às transações onde são relacionadas por módulos ligados as áreas de ações como contabilidade, execução orçamentária, execução financeira, cadastro de obrigações.

Destacam-se as seguintes transações no SIAFI:

- Ø Darf eletrônico: destina-se a registrar a arrecadação dos tributos e outras receitas efetivadas pelos órgãos e entidades, por meio de transferências de recursos Intra-Siafi entre a UG recolhedora e a Conta única da STN;
- Ø GRPS eletrônica: destina-se a registrar o recolhimento das contribuições para a Seguridade Social, por meio de transferências de recursos Intra-Siafi entre a UG recolhedora e a Conta Única da STN;
- Ø Nota de dotação: destina-se ao registro de detalhamento dos créditos previstos no Orçamento Geral da União, bem como a inclusão desses créditos;
- Ø Nota de empenho: destina-se a registrar os eventos vinculados ao comprometimento de despesa (empenho), bem como os casos em que se faça necessário o reforço ou a anulação da despesa;
- Ø Nota de lançamento: destina-se ao registro da apropriação/liquidação de receitas e despesas, bem como ao de outros eventos, inclusive aos relativos a entidades supervisionadas. É utilizada também para o registro das previsões de receita, para arrecadação de receitas próprias, para o recolhimento de devoluções de despesas, para o acolhimento de depósitos de diversas origens e para os acertos contábeis;
- Ø Nota de sistema: destina-se a registrar os eventos contábeis automaticamente;
- Ø Ordem bancária: destina-se ao pagamento de compromissos, bem como a liberação de recursos para fins de adiantamento de suprimento de fundos. (Lima e Castro, 2003,p.108)

Pela consulta ao SIAFI utilizam-se algumas dessas transações para acompanhar e controlar a execução orçamentária e financeira em uma Instituição Pública.

2.5 Orçamento Público

O orçamento público é a base para as Instituições públicas iniciarem o processo de execução orçamentária e financeira, buscando atingir as metas estabelecidas em seus programas e ações governamentais.

Segundo Giacomoni (2003, p. 67) “Orçamento é um plano que expressa em termos de dinheiro, para um período de tempo definido, o programa de operações do governo e os meios de financiamento desse programa.”

Na Lei 4.320 de 1964, tem-se o seguinte conceito para a Lei de Orçamento:

Art 2º A Lei do Orçamento conterá a discriminação da receita e despesa de forma a evidenciar a política econômica financeira e o programa de trabalho do Governo, obedecidos os princípios de unidade, universalidade e anualidade.

O orçamento está ligado a programas de trabalhos que são resultantes do Plano Plurianual do Governo o CEFET/SC possui alguns programas específicos que necessitam do controle e acompanhamento de suas execuções.

2.5.1 Programa

Os programas dão diretrizes e apontam objetivos específicos referentes a resoluções de problemas governamentais que afligem a sociedade, e são estruturados com ações a serem efetivadas pelas organizações públicas.

O programa é o instrumento de organização da atuação governamental. Articula um conjunto de ações que concorrem para um objetivo comum preestabelecido, mensurado por indicadores estabelecidos no PPA, para solucionar um problema ou atender a uma necessidade ou demanda da sociedade. ALBUQUERQUE et al (2006, p.224)

O CEFET/SC possui programas e ações que devem ser executadas, conforme objetivos traçados no Plano Plurianual (PPA). Esses objetivos são alcançados em virtude da utilização dos créditos orçamentários nos devidos programas e ações, pela execução orçamentária e financeira.

2.6 Despesa Pública

A Despesa pública possui alguns conceitos que, em detrimento da natureza de sua execução, pode se tornar uma simples despesa ou um investimento, dependendo da efetividade e da necessidade atendida por essa execução.

a despesa fixada é a dotação orçamentária autorizada, para cada unidade orçamentária, ou seja, é a autorização dada pelo Poder Legislativo, para que as Unidades Orçamentárias dos Poderes da União realizem as despesas necessárias ao funcionamento dos serviços públicos. (PIRES, 1996, p.127)

O Gestor Público deve estar sempre ciente da necessidade do gasto a ser efetuado, visando principalmente à melhoria do serviço ou produto oferecido ao usuário final.

Sob o aspecto geral, designa o conjunto dos dispêndios do Estado no atendimento dos serviços e encargos assumidos no interesse da população. Constitui o programa anual de governo; Sob o aspecto específico, a aplicação de certa quantia, em dinheiro, por parte da autoridade ou agente público competente dentro de uma autorização legislativa, para execução de fim a cargo do governo. (SILVA, 2004, p.127)

O atendimento à sociedade deve sobrepurar o interesse político, a gestão deve estar totalmente voltada à execução dos programas governamentais inerentes a cada Instituição.

Conceitualmente na contabilidade pública, todos os gastos são tratados genericamente como despesa. Portanto, apesar de gestores e técnicos mencionarem custos e por vezes investimentos, eles não expressam a linguagem teórica adequada, na ótica da legislação financeira do Estado. (CRUZ, 2002, p.70)

Conforme estabelecido nos conceitos acima, se observa que a condução do sistema de despesa do Governo está voltada para processos ligados a autorizações legislativas, programas de governo que tem sua continuidade garantida pela execução orçamentária e financeira, ou seja, pelas despesas efetuadas pelos gestores com objetivos organizacionais definidos.

2.6.1 Classificações da Despesa Pública

As informações relativas aos gastos públicos se tornam mais claras e passíveis de controles mais apurados, justamente devido a suas classificações, dentro da classificação por categoria econômica. Duas delas são muito

importantes para o controle da execução orçamentária de um órgão público: a natureza de despesa e o elemento de despesa.

Kohama (2006, p.91) afirma que a natureza de despesa, “é a agregação de elementos de despesa que apresentam as mesmas características quanto ao objeto de gasto.”

Segundo a legislação, esta seria mais uma classificação da despesa, também conhecida por objeto de despesa. No entanto, entende-se ser melhor enquadrá-la como uma subclassificação por natureza, visto que estão intimamente correlacionadas. A classificação por elemento de despesa serve para classificar os bens ou serviços adquiridos, independentemente das suas finalidades. ALBUQUERQUE et al (2006, p. 229)

Por meio da natureza de despesa fica facilitado o processo de acompanhamento e controle orçamentário devido à especificação do tipo de gasto, deixando transparente como foram alocados os créditos e recursos de uma Instituição Pública.

2.6.2 Fases da Despesa Pública

A execução da despesa tem três fases: o empenho, a liquidação e o pagamento.

O empenho está ligado ao orçamento, ele subtrai de uma conta orçamentária específica a dotação necessária para o atendimento da despesa, trabalhando com o valor bruto dessa despesa.

O empenho é o principal instrumento com que consta a administração pública para acompanhar e controlar a execução de

seus orçamentos. Empenhar a despesa significa enquadrá-la no crédito orçamentário apropriado e deduzi-la do saldo da dotação do referido crédito. Além de possibilitar tal controle, o empenho constitui uma garantia ao credor de que os valores empenhados têm respaldo orçamentário. (GIACOMONI, 2003, p. 267)

A Contabilidade pública para as despesas trabalha com o regime de competência, sendo que o empenho é o fato gerador da despesa, pois é o processo em que se reconhece a despesa e resulta na obrigação de seu pagamento.

Empenho é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado uma obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição que será cumprido com a entrega do material, a medição da obra ou a prestação dos serviços. (SILVA, 2004, p.155)

Os conceitos abaixo mostram que a liquidação estabelece o direito do credor, tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito, e principalmente um credor definido.

Conforme Pires (1996, p.77), “A liquidação da despesa compreende o 2º estágio da despesa e é caracterizada pela entrega da obra, dos bens, dos materiais ou serviços, objeto do contrato com o fornecedor.”

Segundo Silva (2004, p. 159), “A liquidação da despesa é o ato do órgão competente que, após o exame da documentação, torna, em princípio, líquido e certo o direito do credor contra a Fazenda Pública.”

A última fase é o pagamento que extingue a obrigação e concretiza o processo referente à despesa pública.

O pagamento da despesa comprehende o seu terceiro estágio e consiste no despacho exarado por autoridade competente, determinando que a despesa seja paga. A ordem de pagamento só poderá ser exarada em documentos processados pelos serviços de contabilidade. (PIRES, 1996, p.77)

Silva tem a seguinte definição da fase de pagamento da despesa pública (2004, p.159): “O pagamento é o ato pelo qual a Fazenda Pública satisfaz ao credor e extingue a obrigação.”

São três fases com características diferenciadas e produtoras de informações também diferenciadas, o pagamento trabalha com os valores líquidos.

As três fases da despesa efetuadas em acordo com os princípios contábeis dão suporte para o controle orçamentário e financeiro, possibilitando o controle e acompanhamento de forma segura e explicativa, propiciando ao gestor uma base sólida para a tomada de decisão.

2.6.3 Suprimento de Fundos

Na administração pública existem algumas exceções legais como os adiantamentos e o suprimento de fundos que são despesas que não passam pelos procedimentos normais de execução.

Entende-se, pois, por suprimento de fundos a modalidade de pagamento de despesa permitida em casos excepcionais e somente quando a realização dessa despesa ao possa subordinar-se ao processo normal de atendimento por via de ordem bancária. (Lima e Castro, 2003, p.46)

Ressalta-se que esse tipo de despesa só tem condições legais de ser efetuada em virtude de situação emergencial, ou seja, quando não há

condições de submeter-se ao processo normal de execução, por processo licitatório, geralmente são despesas como: serviços de emergência referentes a quebra de canos, consertos de portas, materiais imprescindíveis para a continuidade de aulas, e materiais não comprados nos processos de licitação por falta de cotação.

Outro fator é a dificuldade no acompanhamento deste tipo de despesa, em virtude do processo de prestação de contas, dos processos de reclassificação da despesa, das devoluções de saldo do suprimento de fundos quando acontecem.

3 Metodologia

Considerando as exigências da sociedade e do governo quanto ao controle e acompanhamento dos gastos públicos e tomando por base a estrutura e necessidade do CEFET/SC de gerir responsávelmente seus recursos, foi possível operacionalizar o objetivo desta pesquisa, que consiste em diagnosticar as informações necessárias para o acompanhamento gerencial da execução do orçamento no CEFET/SC.

3.1 Modo de Investigação

O modo de investigação a ser utilizado na presente pesquisa de acordo com seus objetivos é o método descritivo.

a pesquisa descritiva tem como principal objetivo descrever características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados. GIL(1999 apud BEUREN e RAUPP, 2003, p.81)

Esse modo de investigação deve-se à característica desta pesquisa, justamente por trabalhar-se com variáveis comparativas, processos de identificação e objetivos específicos bem delimitados.

Lakatos e Marconi (2002, p. 20), afirmam que “a pesquisa descritiva aborda quatro aspectos: descrição, registro, análise e interpretação de fenômenos atuais, objetivando o seu funcionamento no presente”.

Esta pesquisa, pois, deve proporcionar essa situação, melhorando o funcionamento do acompanhamento gerencial da execução orçamentária e financeira das despesas no CEFET/SC.

3.2 Procedimentos da Pesquisa

Quanto aos procedimentos, esta pesquisa caracteriza-se como um estudo de caso, sendo efetuada a aplicação de questionários, a servidores responsáveis pela gestão orçamentária no CEFET/SC.

Segundo Gil (2002, p.54): “O estudo de caso consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento”.

O estudo de caso fica delineado, pois o objeto a ser estudado é o controle orçamentário e financeiro no CEFET/SC, que será detalhado de forma que o gestor possa além de contribuir com sua experiência no processo de gestão da Instituição, dar também uma maior ênfase às despesas efetuadas sob sua responsabilidade e conseguir modificar a forma como o executor trabalha os dados orçamentários e financeiros na Instituição.

Os dados utilizados foram oriundos de pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e questionários.

Segundo Lakatos e Marconi (2002, p. 98): “Questionário é um instrumento de coleta de dados constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador.”

Pretende-se verificar por questionários aplicados aos gestores do CEFET/SC, mais precisamente os Diretores de Unidades, a condição atual das informações relativas ao controle orçamentário e financeiro no CEFET/SC e identificar quais as informações necessárias para o aperfeiçoamento desse controle.

Outros instrumentos de coleta analisados nesta pesquisa são os relatórios disponibilizados pela Coordenação de Orçamento e Finanças, o documento que instituiu os critérios para divisão orçamentária no CEFET/SC, livros e internet, dentre outros documentos.

Os dados coletados foram tratados de forma qualitativa, analisando-se as observações efetuadas pelos Gestores do CEFET/SC quanto à eficiência das informações repassadas pela atual Diretoria de Administração e Planejamento – DAP relativas à execução orçamentária e financeira das despesas, e quais informações seriam necessárias para o acompanhamento satisfatório dessa execução.

4 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Na descrição e análise de dados têm-se as respostas ao objetivo geral e objetivos específicos propostos na pesquisa, de forma concisa e explicativa tornando compreensível o seu teor.

4.1 A Utilização do SIAFI no CEFET/SC

O CEFET/SC por ser uma autarquia pública federal, trabalha necessariamente com o SIAFI, mas precisamente na Coordenação de Orçamento e Finanças (COF) subordinada diretamente à DAP. Alguns Setores das Unidades também o utilizam apenas para consulta e acompanhamento de processos.

Para manipular no SIAFI é preciso o cadastramento de senha, feito diretamente na COF, pelo Contador responsável.

No SIAFI são feitas todas as transações referentes à execução orçamentária e financeira, em contrapartida esse sistema apresenta apenas os dados gerais do CEFET/SC que é a Unidade Gestora, não oportunizando relatórios que sejam divididos ou detalhados por Unidade. Esses relatórios são resultados do trabalho do Coordenador de Orçamento e Finanças que retira as informações diariamente por documentos que dão origem aos lançamentos contábeis, separando-as por Unidade e natureza de despesa.

4.2 Critérios para a Divisão Orçamentária no CEFET/SC em 2007

A divisão orçamentária tem início com o conhecimento do Quadro de detalhamento da despesa – QDD, que é publicado no Diário Oficial após a aprovação da LOA.

O QDD é a projeção da dotação orçamentária do Órgão Público, trazendo a configuração de seus programas e ações. De posse destas informações o Gestor do CEFET/SC tem condições de levantar os critérios e dividir o orçamento entre as Unidades.

Conforme documento expedido pela DAP para as Unidades, ficaram assim os critérios de divisão orçamentária no CEFET/SC para o ano de 2007:

a) Projetar e isolar as despesas do programa 1062 Desenvolvimento da Educação Profissional, na ação 2992 Funcionamento da Educação Profissional com as seguintes naturezas de despesas: 33903001: Combustíveis e Lubrificantes, 33903702: Limpeza e Conservação, 33903703: Vigilância Ostensiva, 33903912: Locação de Máquinas e Equipamentos, 33903916: Manutenção e Conservação de Bens Imóveis, 33903917: Manutenção e Conservação de Equipamentos, 33903024: Material para Manutenção de Bens Imóveis, 33903943 Serviço de Energia Elétrica, 33903944: Serviço de Água e Esgoto, 33903947: Serviço de Comunicação em Geral, 33903957: Serviço de Processamento de Dados, 33903958: Serviço de Telecomunicações, 33903995: Manutenção de Equipamentos de Processamento de Dados. Estes dados serão levantados e projetados pela COF em função do exercício anterior e dos contratos já firmados no referido exercício.

b) As Unidades participantes da divisão orçamentária são: o Sistema, a Unidade de Florianópolis, Unidade de São José e Unidade de Jaraguá do Sul. As novas Unidades, Contínuo, Chapecó e Joinville, receberão recursos específicos tanto para investimento como para funcionamento.

c) A definição da coleta do número de alunos para divisão orçamentária se configura da seguinte forma: número de alunos do ano de 2006, sendo que para os alunos dos cursos técnico, tecnológico e Pós-Graduação considera-se a somatória das matrículas iniciais por semestre, já para o Ensino Médio a média das matrículas iniciais por semestre.

d) No cálculo do número de alunos, serão atribuídos pesos conforme a modalidade de ensino, áreas de custo baixo, médio e alto e também quanto ao funcionamento, considerando curso implantado e em implantação. O curso é considerado em implantação enquanto não tiver nenhuma turma formada.

e) A divisão orçamentária para à Ação Capacitação de Docentes da Educação Profissional, será realizada entre as Unidades proporcionalmente ao número de docentes de cada Unidade.

f) A divisão orçamentária referente a Ação Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação, será efetuada entre as Unidades proporcionalmente ao número de Servidores.

g) Os créditos relativos à Ação Assistência ao Educando da Educação Profissional terão uma alocação de 12% para o Sistema e o restante rateado proporcionalmente entre as Unidades, levando-se em conta o número de alunos.

h) Os recursos de investimentos alocados na Ação Modernização e Recuperação de Infra-Estrutura Física de Instituições Federais de Educação Profissional foi alocado, conforme decisão em reunião entre os Diretores de Unidades e o Diretor de Administração e Planejamento, resultando nas seguintes proporcionalidades: Sistema 25%, Unidade de Florianópolis 42%, Unidade de São José 20% e Unidade de Jaraguá do Sul 13%.

i) Na Ação Acervo Bibliográfico para as Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, a divisão foi efetuada conforme decisão em reunião com a participação do Diretor da DAP e os Diretores de Unidade. Consolidou-se a seguinte proporção: 50% Unidade de Florianópolis, 30% Unidade de São José e 20% Unidade de Jaraguá do Sul.

4.2.1 Tabelas de Apoio a Divisão Orçamentária no CEFET/SC

As tabelas de apoio a divisão orçamentária, são ferramentas utilizadas para facilitar a divisão orçamentária interna do CEFET/SC, esses critérios tem como base os definidos na reunião do Fórum dos Diretores de Administração e Planejamento dos CEFETs (FORPLAN).

Tabela 1 – Tabela Modalidade de Ensino.

Modalidade de Ensino	Peso
Ensino Médio	1,0
Ensino Técnico	2,0
Ensino Tecnológico	3,0
Pós - Graduação	3,0

Fonte: Adaptado do Documento enviado pela DAP as Unidades do Sistema CEFET/SC

Apresenta os pesos referentes às modalidades de ensino, e em como prerrogativa o custo referente à manutenção dos cursos.

Tabela 2 – Tabela área de Ensino

Área	Peso
Construção Civil	2,50
Design	1,75
Indústria	2,50
Gestão	1,00
Geomática	1,75
Informática	2,50
Meio Ambiente	2,50
Química	2,50
Saúde	2,50
Telecomunicações	2,50
Turismo	1,75

Fonte: Adaptado do Documento enviado pela DAP as Unidades do Sistema CEFET/SC

Esta tabela tem os moldes definidos pelo Fórum dos Diretores de Administração e Planejamento dos CEFETs.

Tabela 3 – Tabela de Situação do Curso

Funcionamento	Peso
Implantado	1,0
<i>Em implantação</i>	2,0

Fonte: Adaptado do Documento enviado pela DAP as Unidades do Sistema CEFET/SC

A tabela 3 situação de curso prioriza os cursos em implantação, seguindo a lógica do maior gasto em detrimento da montagem do curso e sua infra-estrutura de funcionamento.

4.3 Controle Orçamentário e Financeiro Vigente no CEFET/SC

O quadro 1 apresenta o controle orçamentário e financeiro vigente efetuado pela COF, e repassado pela DAP para os Diretores de Unidade.

PROGRAMA / Ação	Florianópolis
Natureza da Despesa	3.072.282,17
<u>4572 - Capacitação de Servidores</u>	<u>4.539,67</u>
339014 - Diárias - Civil	1.314,38
339033 - Passagens e Despesas com Locomoção	3.035,29
339039 - OST - Pessoa Jurídica	190,00
<u>6358 - Capacitação de Docentes</u>	<u>42.159,07</u>
339014 - Diárias - Civil	17.418,29
339033 - Passagens e Despesas com Locomoção	19.290,78
339036 - OST - Pessoa Física	700,00
339039 - OST - Pessoa Jurídica	4.750,00
<u>2992 - Funcionamento da Educação Profissional</u>	<u>2.370.765,71</u>
339014 - Diárias - Civil	45.226,09
339033 - Passagens e Despesas com Locomoção	39.114,36
33903099 - Outras Despesas - Consumo	437.036,98
33903999 - Outras Despesas - Serviço de Pessoa Jurídica	150.393,39
339036 - OST - Pessoa Física	28.552,10
339039 - Pessoa Jurídica (Fonte 250)	15.662,80
339047 - Obrigações Tributárias e Contributivas (Taxas) (Fonte 250)	1.460,27
339147 - Obrigações Tributárias e Contributivas (PASEP) (Fonte 250)	56,00
339047 - Obrigações Tributárias e Contributivas	23.014,93
339092 - Despesas de Exercícios Anteriores	963,24
339093 - Indenizações e Restituições	7.608,86
339093 - Indenizações e Restituições (Fonte 250)	1.168,80
33903001 - Combustíveis e Lubrificantes	47.827,02
33903024 - Material para Manutenção de Bens Imóveis	13.634,86
33903701 - Apoio Administrativo, Técnico e Operacional –	31.572,32

Repcion.	
33903702 - Limpeza e Conservação	320.417,47
33903703 - Vigilância Ostensiva	353.821,04
33903705 - Serviço de Copeiragem	7.270,67
33903908 - Manutenção de Software	0,00
33903912 - Locação de Máquinas e Equipamentos	105.110,90
33903916 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	37.711,16
33903917 - Manutenção e Conservação de Equipamentos	32.962,21
33903943 - Serviço de Energia Elétrica	249.548,68
33903944 - Serviço de Água e Esgoto	179.056,89
33903947 - Serviço de Comunicação em Geral	13.947,61
33903958 - Serviço de Telecomunicações	162.825,71
33903995 - Manutenção de Equipamentos de Process. de Dados	2.539,50
33914718 - INSS Empregador	2.705,06
33913948 - Serviço de Pessoa Jurídica	0,00
33913990 - Serviço de Publicidade Legal	59.556,79
<u>2994 - Assistência ao Educando da Educação Profissional</u>	<u>164.704,51</u>
339018 - Auxílio Financeiro a Estudantes	164.704,51
<u>6301 - Acervo Bibliográfico</u>	<u>38.342,76</u>
339030 - Acervo Bibliográfico	38.342,76
<u>6364 - Veículos e Transporte Escolar</u>	<u>0,00</u>
449052 - Veículo e Transporte Escolar	0,00
<u>6374 - Modernização e Rec.. de Infra - Est. Fis. de IFES Profissionais</u>	<u>451.770,45</u>
449052 - Equipamentos e Material Permanente	451.770,45

Quadro 1 – Planilha de Controle Referente à Execução Orçamentária e Financeira da Unidade de Florianópolis.

Fonte: Planilha enviada pela DAP ao Diretor da Unidade de Florianópolis.

O controle orçamentário e financeiro no CEFET/SC, especificamente Unidade de Florianópolis resume-se a este quadro 1, que tem por base os valores pagos até a presente data indicada. O repasse desse quadro efetuado pela COF para a DAP é mensal e a DAP tem a condição de transmitir para os Diretores das respectivas Unidades que compõe o Sistema CEFET/SC.

4.4 Proposta de Planilhas para o Acompanhamento e Controle Orçamentário no CEFET/SC.

Com as planilhas de Execução Orçamentária e Financeira, Despesas de Funcionamento da IFE, Controle das Dispensas de Licitação, Controle de Suprimento de Fundos, Controle Modalidade de Licitação e Controle de Despesas Contratuais, pretende-se qualificar as informações de acompanhamento e controle da execução orçamentária e financeira no CEFET/SC contribuindo para que a gestão tenha condições de planejar ao longo do exercício, associando suas ações ao orçamento disponível.

4.4.1 Planilha de Execução Orçamentária e Financeira

Esta planilha apresentada no quadro 2, demonstra o orçamento geral do CEFET/SC por Unidade, trazendo todas as ações e naturezas de despesas executadas, diferencia-se da utilizada nos dias atuais, por trazer os valores empenhados, que contribuirão para uma tomada de decisão relativa ao disponível orçamentário de forma satisfatória.

É a principal planilha, pois consolida todas as ações e todas as despesas efetuadas nas Unidades, e de onde retira-se o indicador de execução orçamentária e financeira.

Situação em xx/xx/xxxx						
PROGRAMA / Ação	Orçado	Empenhado	Saldo	Liquidado	Saldo	
Natureza da Despesa	3.072.282,17					
<u>4572 - Capacitação de Servidores</u>	<u>4.539,67</u>					
339014 - Diárias - Civil	1.314,38					
339033 - Passagens e Despesas com Locomoção	3.035,29					
339039 - OST - Pessoa Jurídica	190					
<u>6358 - Capacitação de Docentes</u>	<u>42.159,07</u>					
339014 - Diárias - Civil	17.418,29					
339033 - Passagens e Despesas com Locomoção	19.290,78					
339036 - OST - Pessoa Física	700					
339039 - OST - Pessoa Jurídica	4.750,00					
<u>2992 - Funcionamento da Educação Profissional</u>	<u>2.370.765,71</u>					
339014 - Diárias - Civil	45.226,09					
339033 - Passagens e Despesas com Locomoção	39.114,36					
33903099 - Outras Despesas - Consumo	437.036,98					
33903999 - Outras Despesas - Serviço de Pessoa Jurídica	150.393,39					
339036 - OST - Pessoa Física	28.552,10					
339039 - Pessoa Jurídica (Fonte 250)	15.662,80					
339047 - Obrigações Tributárias e Contributivas (Taxas) (Fonte 250)	1.460,27					
339147 - Obrigações Tributárias e Contributivas (PASEP) (Fonte 250)	56					
339047 - Obrigações Tributárias e Contributivas	23.014,93					
339092 - Despesas de Exercícios Anteriores	963,24					
339093 - Indenizações e Restituições	7.608,86					
339093 - Indenizações e Restituições (Fonte 250)	1.168,80					
33903001 - Combustíveis e Lubrificantes	47.827,02					
33903024 - Material para Manutenção de Bens Imóveis	13.634,86					
33903701 - Apoio Administrativo, Técnico e Operacional – Recepção.	31.572,32					
33903702 - Limpeza e Conservação	320.417,47					
33903703 - Vigilância Ostensiva	353.821,04					
33903705 - Serviço de Copeiragem	7.270,67					
33903908 - Manutenção de Software	0					
33903912 - Locação de Máquinas e Equipamentos	105.110,90					
33903916 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	37.711,16					
33903917 - Manutenção e Conservação de Equipamentos	32.962,21					
33903943 - Serviço de Energia Elétrica	249.548,68					
33903944 - Serviço de Água e Esgoto	179.056,89					
33903947 - Serviço de Comunicação em Geral	13.947,61					
33903958 - Serviço de Telecomunicações	162.825,71					
33903995 - Manutenção de Equipamentos de Process. de Dados	2.539,50					
33914718 - INSS Empregador	2.705,06					
33913948 - Serviço de Pessoa Jurídica	0					
33903990 - Serviço de Publicidade Legal	59.556,79					
<u>2994 - Assistência ao Educando da Educação Profissional</u>	<u>164.704,51</u>					

339018 - Auxílio Financeiro a Estudantes	164.704,51				
6301 - Acervo Bibliográfico	<u>38.342,76</u>				
339030 - Acervo Bibliográfico	38.342,76				
6364 - Veículos e Transporte Escolar	0				
449052 - Veículo e Transporte Escolar	0				
6374 - Modernização e Rec.. de Infra - Est. Fis. de IFES Profissionais	451.770,45				
449052 - Equipamentos e Material Permanente	451.770,45				
TOTAL	3.072.282,17				

Quadro 2 – Execução Orçamentária e Financeira por Unidade.

4.4.1.1 Indicadores de Análise da Planilha de Execução Orçamentária e Financeira.

Para avaliar a execução orçamentária e financeira da Unidade pode-se utilizar um indicador estipulado pela Associação Brasileira de Orçamento Público (Abop).

O referido indicador é o Planejamento, Programação e Despesa (PPD), que estabelece o confronto comparativo entre a dotação orçamentária inicial e o valor executado do orçamento.

Tabela 4 – Indicador de Planejamento, Programação e Despesa (PPD)

Conceitos	Interpretação
Ótimo	Caso ocorra diferença até 2,5%
Bom	Caso ocorra diferença entre 2,5% e 5%
Regular	Caso ocorra diferença entre 5% e 10%
Deficiente	Caso ocorra diferença entre 10% e 15%
Altamente deficiente	Caso ocorra diferença acima de 15%

Fonte: Adaptado da Abop

Conforme tabela 4 nota-se que a execução de até 97,5% da dotação orçamentária inicial está em um patamar ótimo, mas junto com essa interpretação é preciso acompanhar como é gasto esse crédito orçamentário, tendo a certeza, de que a Instituição alcançou seus objetivos propostos no planejamento.

4.4.2 Planilha de Despesas de Funcionamento da IFE

SITUAÇÃO EM xx/xx/xxxx			
RELATÓRIO DE DESPESAS DE FUNCIONAMENTO DA IFE			
Natureza de Despesa	Valor Projetado	Empenhado	Liquidado
333903009 - Material Farmacológico			
333903010 - Material Odontológico			
333903011 - Material Químico			
333903014 - Material Educativo e Esportivo			
333903016 - Material de Expediente			
333903017 - Material de Processamento de Dados			
333903021 - Material de Copa e Cozinha			
333903022 - Material de Limpeza e Produtos de Higienização			
333903026 - Material Elétrico e Eletrônico			
333903029 - Material p/ Audio Video e Foto			
333903035 - Material Laboratorial			
333903606 - Serviços Técnicos Profissionais			
333903607 - Estagiários			
333903628 - Serviço de Seleção e Treinamento			
344905206 - Aparelhos e Equipamentos de Comunicação			
344905233 - Equipamentos p/ Audio, Video e Foto			
344905235 - Equipamentos de Processamento de Dados			
344905236 - Máquinas, Utens. De Escritório			
344905242 - Mobiliário em Geral			

Quadro 3 – Planilha de Despesas de Funcionamento da IFE

A planilha proposta no quadro 3 é uma nova ferramenta para os gestores de Unidade, pois apresenta um controle referente às despesas na ação Funcionamento da Educação Profissional que geralmente são efetuadas pelas Unidades por processos de licitação.

Traz o valor projetado, que é o preço médio de uma licitação no momento do pedido efetuado pelos Departamentos, procedimento este efetuado antes da licitação pelo levantamento das necessidades das Unidades relativas a uma natureza de despesa. Também apresenta o valor empenhado que se dá após o processo licitatório e o liquidado que seria o valor líquido após os impostos.

Essa planilha dá condições ao gestor de fazer análises orçamentárias na fase dos pedidos de materiais, contribuindo para que não aconteça desequilíbrio orçamentário em virtude de gastos fora dos limites da Unidade. Outro fator importante é verificar a economia principalmente nas compras efetuadas por Pregão, que é a modalidade de licitação mais efetuada no CEFET/SC.

4.4.3 Planilha de Controle das Dispensas de Licitação

SITUAÇÃO EM xx/xx/xxxx				
Planilha de Controle das Dispensas de Licitação	Departamento Solicitante	Número do Empenho	Valor	Natureza de Despesa
Fornecedor				

Quadro 4 – Planilha Controle das Dispensas de Licitação

Esta planilha proposta no quadro 4 é uma nova ferramenta e visa evitar que as despesas efetuadas por dispensa de licitação passem despercebidas pelo Gestor. Essas despesas têm condições específicas para acontecerem, e o Gestor tem que estar sempre atento, devendo tomar providências caso os percentuais em relação ao orçamento geral da Unidade seja significativo, pois esse índice elevado relativo à dispensa configura uma falta de planejamento na gestão dos créditos orçamentários.

A planilha procura identificar o fornecedor, o responsável pela solicitação, número de empenho e o objeto de gasto.

4.4.5 Planilha Controle de Suprimento de Fundos

Planilha Controle de Suprimento de Fundos				
Suprido	Natureza de Despesa	Vigência	Valor Solicitado	Valor Gasto
XXXX				
XXXX				
XXXX				

Quadro 5 – Planilha Controle de Suprimento de Fundos

Esta planilha apresentada no quadro 5 visa ao acompanhamento das despesas efetuadas por suprimento de fundos nas Unidades, este tipo de despesa requer uma atenção especial, pois é muito visada principalmente pelas Auditorias efetuadas no CEFET/SC.

Por se tratar de uma despesa que deveria ser efetuada somente em caso de excepcionalidade, se a Unidade obtiver percentuais elevados deste tipo de despesa em relação ao orçamento geral, configura a falta de planejamento da execução orçamentária e financeira na Unidade.

A Planilha traz o Suprido, que é o servidor responsável pela execução do recurso, a natureza de despesa que identifica o tipo de gasto, a vigência do suprimento que é o prazo que o servidor tem para utilizar a verba, o valor solicitado, e o valor utilizado que é o quanto foi gasto efetivamente do suprimento.

4.4.6 Planilha Controle Modalidade de Licitação

SITUAÇÃO EM xx/xx/xxxx			
Planilha Modalidade de Licitação	Total Pré-Empenhado	Total Empenhado	% do Orçamento
Dispensa de Licitação			
Inexigibilidade			
Pregão			
Convite			
Tomada de Preço			
Concorrência			

Quadro 6 – Planilha Controle Modalidade de Licitação

Esta planilha proposta no quadro 6 é uma nova ferramenta que vai proporcionar ao gestor uma visão de como está sendo efetuado os gastos na Unidade em detrimento da modalidade de licitação utilizada.

A planilha traz as modalidades de licitação, o total pré-empenhado que se trata da reserva da dotação orçamentária em cima do valor projetado da Licitação, o valor empenhado e o percentual referente à relação do valor licitado em determinada modalidade com a dotação inicial referente ao orçamento geral da Unidade.

4.4.7 Planilha Controle de Despesas Contratuais

SITUAÇÃO EM xx/xx/xxxx					
PLANILHA DE DESPESAS CONTRATUAIS 200X					
Fornecedor	Natureza da Despesa	Nr Contrato	Vigência	Valor Empenhado	Liquidado
Fornecedor					

Quadro 7 – Planilha Controle Despesas Contratuais

Esta planilha proposta no quadro 7 é uma nova ferramenta que tem como objetivo possibilitar o acompanhamento e controle das despesas

contratuais, dá condições ao gestor de acompanhar a evolução de gasto por contrato, identificar fornecedores, a natureza de despesa, o número de contrato, a vigência do contrato fator este fundamental para se acompanhar devido ao planejamento orçamentário, o valor empenhado e o liquidado.

Todas estas planilhas vão qualificar o processo decisório dentro do CEFET/SC, em virtude de estar-se ampliando a quantidade de informações e levando em conta a necessidade apresentada pelos gestores.

4.5 Informações dos Diretores de Unidade do CEFET/SC

Pelas respostas a um questionário, os Diretores apresentam o posicionamento referente às informações que são repassadas atualmente sobre a execução orçamentária e financeira no CEFET/SC.

a) O Senhor acha que as informações referentes à execução orçamentária e financeira no CEFET/SC, são suficientes para um bom desempenho gerencial?

Colaborador 1

“ Não, pois faltam informações referentes para o acompanhamento da execução orçamentária e financeira.”

Colaborador 2

“Penso que o fluxo de informações acerca do orçamento pode ser aperfeiçoado, como qualquer processo administrativo. Houve avanço nos últimos anos em relação ao montante de recursos distribuídos, que aumentou

consideravelmente devido às emendas parlamentares recebidas, e em relação à organização de critérios claros para a divisão dos recursos entre as Unidades, principalmente com a separação dos custos fixos antes da divisão final da rubrica de custeio."

b) Se a resposta acima for negativa, quais outras informações relativas à execução orçamentária e financeira seriam necessárias para o bom desempenho gerencial do gestor?

Colaborador 1

"Hoje temos disponível um relatório que apresenta os gastos por natureza de despesa, mas este gasto representa só o que foi pago, sendo que precisamos também do empenhado e do liquidado, para podermos ter condições de tomar decisões mais apuradas, com pequena possibilidade de erro, ou seja, o valor pago não nos mostra o quanto do orçamento está comprometido por determinada natureza de despesa."

"Outro fator é o período de repasse dos relatórios, que deveria ser mensal. Poderia ser mais incrementado com relatórios e informações mais específicas como, por exemplo, controle das despesas contratuais, despesas rotineiras como materiais de expediente, copa e cozinha, material elétrico, Diárias, passagens e outras. Acredito que quanto mais detalhar as despesas melhores serão as análises de custos e as dificuldades de administrar e averiguar onde esta sendo aplicado o dinheiro público diminuirão significativamente."

Colaborador 2

“Creio que as informações orçamentárias deveriam ser repassadas de forma mais sistemáticas para as Unidades, de tal forma que estas poderiam se organizar melhor. Por exemplo: as contas de telefone, água e energia elétrica têm sido repassadas de forma não sistemática e isso dificulta o acompanhamento dos custos fixos e a correção imediata de problemas observados nas contas. Outra dificuldade é o não envio da totalização dos gastos de forma bimestral. Isso também facilitaria a organização interna da Unidade. Outra sugestão é que a divisão orçamentária seja documentada através de memorandos, evitando-se ruídos de comunicação. Penso também que a transparência nunca é demais. O CEFET/SC deveria disponibilizar para toda a comunidade um relatório completo de como é gasto todos os recursos recebidos em cada Unidade e pelo Sistema em todas as rubricas.”

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho procurou apresentar como está sendo efetuado o controle e acompanhamento da execução orçamentária e financeira no CEFET/SC, e propõe mudanças nas planilhas que são emitidas pela COF para este fim.

As Unidades do Sistema CEFET/SC têm autonomia nos gastos orçamentários em virtude da divisão efetuada pelo Sistema, com critérios estabelecidos, atribuindo aos gestores destas Unidades à responsabilidade de gastar com eficiência esse orçamento, traduzindo as ações efetuadas em objetivos alcançados.

No questionário respondido pelos Diretores de Unidade fica delineado o processo de acompanhamento e controle da execução orçamentária do CEFET/SC que acontece hoje. São inúmeras dificuldades apontadas como a falta de informações mais específicas e, principalmente, o prejuízo relativo ao acompanhamento e controle via planilha que apresenta apenas as despesas pagas.

Fica transparente que os gestores precisam de informações que resultem a condição necessária para o acompanhamento e controle da execução orçamentária e financeira, tendo planilhas mais apuradas como com a situação empenhada e liquidada e outros relatórios que subsidiem as análises de custos e investimentos em suas Unidades.

Outro ponto relevante do questionário é quanto à sistemática do repasse, ou seja, de forma não constante, que é criticada principalmente

quanto a informações mais específicas como despesas com telefone, água e energia elétrica.

Conclui-se nesta pesquisa que o CEFET/SC precisa melhorar seus processos de controle e acompanhamento da execução orçamentária, trabalhando de forma qualitativa o aperfeiçoamento das planilhas de informação que são repassadas aos Diretores de Unidade, proporcionando a estes a condição de decidir com condições mais satisfatórias beneficiando os usuários do Sistema CEFET/SC.

Todos os objetivos específicos deste trabalho foram alcançados, e apontam-se futuras oportunidades de pesquisa como:

- Criar um sistema de extrator de dados do SIAFI, visando o controle da execução orçamentária e financeira do CEFET/SC;
- Analisar as mudanças ocorridas na gestão das Unidades, após a implantação de novos relatórios de informações relativas ao controle e acompanhamento da execução orçamentária e financeira no CEFET/SC.
- Pesquisar sobre o Plano Interno, que é um instrumento de planejamento e acompanhamento da ação programada, usado como forma de detalhamento de um projeto/atividade, de uso exclusivo de um órgão Público.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Cláudiano et al. Gestão de Finanças Públicas: Fundamentos e Práticas de Planejamento, Orçamento e Administração Financeira com Responsabilidade Fiscal. 1^a ed. Brasília: 2006.

BEUREN, Ilse Maria; et al. Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade Teoria e Prática. São Paulo: Atlas, 2003.

BRASIL, Decreto 5.204, de 1º de outubro de 2004, Dispõe sobre a Organização dos CEFETs.

CASTRO, Róbison Gonçalves de; LIMA, Diana Vaz de. Contabilidade Pública: Integrando União, Estados e Municípios (Siafi e Siafem). 2^a ed. São Paulo: Atlas, 2003.

CRUZ, Flávio da. Auditoria Governamental. 2^a ed. São Paulo: Atlas, 2002.

CRUZ, Tadeu. Sistemas de Informações gerenciais: tecnologias da informação e a empresa do séc XXI. 2^a ed. São Paulo: Atlas, 2000.

FEDELLE, Marcelo. As Administrações Públicas. Ijuí - RS: Unijui, 1999.

GIACOMONI, James. Orçamento Público. 12^a ed. São Paulo: Atlas, 2003.

GIL, Antonio Carlos. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. 4^a ed. São Paulo: Atlas, 2002.

KHAIR, Amir Antônio. Gestão Fiscal Responsável Simples Municipal: Guia de Orientação para as Prefeituras. ENAP.BNDES, 2001.

KOHAMA, Heilio. Contabilidade Pública. Teoria e Prática. 10^a ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Técnicas de Pesquisa. 5^a ed. São Paulo: Atlas, 2002.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de, Sistemas de Informações gerenciais: estratégias, táticas, operacionais. 8^a ed. São Paulo: Atlas, 2002.

PIRES, João Batista Fortes de Souza. Contabilidade Pública: Teoria e Prática. 2^a ed. Brasília: Thesaurus, 1996.

SILVA, Lino Martins da. Contabilidade Governamental: Um enfoque administrativo. 7^a ed. São Paulo: Atlas, 2004.

TROSA, Sylvie. Gestão Pública por Resultados: Quando o Estado se Compromete. Brasília, Revan:ENAP, 2001.